



ENSAIOS EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA OU LÍNGUA ESTRANGEIRA

*Papers in Portuguese
as a second or foreign language*

A procrastinação no Brasil: uma análise
sobre estereótipos relacionados à preguiça
e ao brasileiro

Alessandra Zager Tinoco Viana
Lívia Maria Dias de Azevedo Frade

A procrastinação no Brasil: uma análise sobre estereótipos relacionados à preguiça e ao brasileiro

Alessandra Zager Tinoco Viana – alessandrazager@gmail.com
Lívia Maria Dias de Azevedo Frade – livia.diiias@hotmail.com

Resumo

O objetivo do presente artigo é realizar uma análise sobre estereótipos do brasileiro ligados à preguiça e à procrastinação, com aplicação em Português para Estrangeiros. Procuramos desconstruir tais estereótipos, demonstrando que eles podem ser perpetuados por servirem a determinados interesses ou mesmo por uma visão equivocada do outro sobre nós. Para tanto, utilizaremos o conceito de malandro (DA MATTA, 1986) e os tipos de temporalidade do brasileiro (SANTOS, 2007), bem como uma perspectiva histórica da imagem do brasileiro como preguiçoso.

Palavras-chave: PL2E; Interculturalismo; Estereótipo; Cultura brasileira; Procrastinação.

Procrastination in Brazil: an analysis of stereotypes related to laziness and the Brazilian

Abstract

The goal of this article is to analyze Brazilian stereotypes related to laziness and procrastination, with application in Portuguese for Foreigners. We meant to deconstruct such stereotypes, demonstrating that they can be perpetuated by serving certain interests or even by a mistaken vision of the other about us. To do so, we will use the concept of malandro (DA MATTA, 1986) and the types of temporality of Brazillians (SANTOS, 2007), as well as a historical perspective of the Brazilian image as being lazy.

Key words: PL2E; Interculturalism; Stereotype; Brazilian culture; Procrastination.

1. O brasileiro e a preguiça

Dentre os aspectos da sociedade brasileira, a preguiça é um dos mais conhecidos não somente pelos estrangeiros, mas, também, reproduzido como uma característica inata pelos próprios brasileiros. Para muitos, brasileiros possuem um sentimento genuíno de ojeriza ao trabalho e a explicação histórica dessa aversão do brasileiro seria atribuída ao clima. Segundo Scheyerl e Siqueira (2008, p.380) foi através da chegada da família real portuguesa trazendo a “civilidade europeia” que surgiu-se a teoria de que o fator causador da preguiça brasileira era o clima tropical, que gerava um certo tipo de relaxamento do organismo. Contudo, o que os estudos históricos sobre o assunto defendem é que esse conceito da preguiça era carregado de discursos discriminatórios e racistas devido ao fato de escravos possuírem feições de apatia e morosidade em relação ao trabalho. Discutiremos nesse artigo os fatores que contribuem para reforçar esse tipo de estereótipo e, além disso, pretendemos desconstruir a ideia de procrastinação como algo negativo e singular do brasileiro.

Algumas opiniões sobre o modo brasileiro de ser traz afirmações do tipo “brasileiro é preguiçoso”, “o Brasil não é um país sério” (frase atribuída a Charles de Gaulle), “brasileiro não respeita prazos”, que acarretam em um esteriótipo negativo atrelado ao Brasil. Mas o que faz, por exemplo, o estrangeiro formar esse tipo raciocínio?

Michael Kepp (1996) comenta sobre uma reportagem do *Washington Post* avaliando a vestimenta que um carioca usa para ir ao trabalho: com roupas do tipo despojadas e um tanto informal para os padrões americanos. Há conclusões do tipo “as cariocas se inclinam à nudez” e “são particularmente avessas a adotar regras convencionais da civilização”. Esse tipo de raciocínio parece ser bem semelhante ao da elite portuguesa visto anteriormente e discutido como uma visão etnocêntrica, fazendo alusão, de uma certa forma, ao povo brasileiro como uma sociedade ainda não desenvolvida ou mesmo de caráter não sociável. Kepp¹ defende que

¹ **Michael Kepp**, de St. Louis, Missouri, é um jornalista americano radicado no Brasil que escreve sobre a sua relação com a cultura brasileira.

essa marca de puritanismo explica por que americanos são tão críticos com os hábitos trabalhistas brasileiros. A inveja também explica: a inveja que vai desde a forma como a carioca se veste para trabalhar até o seu jeito mais relaxado de ser. Para os brasileiros, um povo menos objetivo, trabalho não precisa resultar em salário. O mutirão é um exemplo. Eu, como muitos outros, regularmente testemunho essa convergência de suor e solidariedade: é o mesmo suor derramado por brasileiros que gentilmente se oferecem para trocar o pneu furado do meu carro ou outro biscate qualquer e a mesma solidariedade demonstrada quando eles recusam uma gratificação. (KEEP, 1996, on-line)

Um dos maiores exemplos dessa visão de falta de compromisso e seriedade para o trabalho pode ser atribuído às críticas aos números de feriados existentes no calendário anual do brasileiro. Porém, em uma pesquisa feita pela *BBC* (2015) sobre o número de feriados oficiais que possuímos, podemos observar uma similaridade numérica em relação a outros países como Canadá, França, Itália e Suécia. Uma comparação de número de feriados oficiais com outros Países foi feita e a quantidade de dias no Brasil não era tão discrepante dos demais, como podemos perceber no gráfico.²

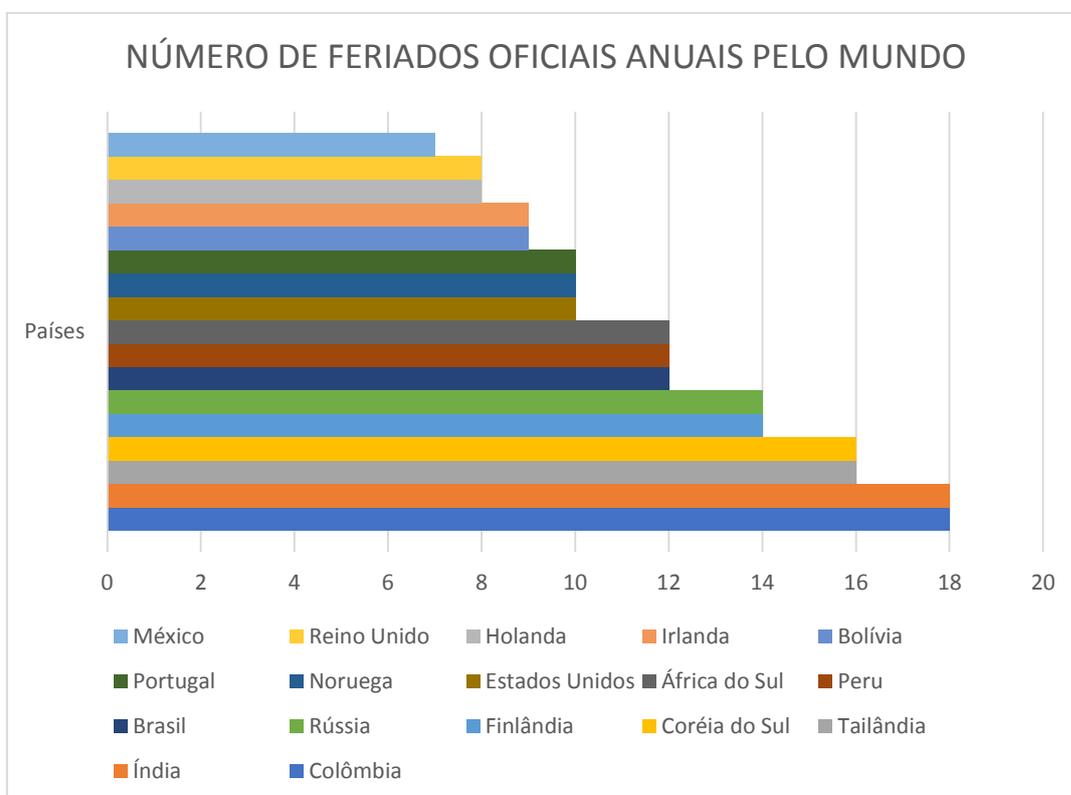


Figura 1: gráfico comparativo de quantidades de feriados em diferentes países

² Fonte: Worldwide Benefit and Employment Guidelines; Mercer; 2014

Todavia, ainda temos os feriados “estendidos” que é quando deixamos de trabalhar algum dia da semana que fica entre o feriado e o fim de semana. Também há alguns feriados que ocorrem somente em uma determinada região estadual e/ou municipal e que não consta na pesquisa acima.

Ainda assim, essa quantidade de feriados não representa um total de menos horas trabalhadas em relação ao resto dos países. A notícia da *BBC* (IDOETA, 2015, on-line) justifica que

Levando-se em conta a jornada de trabalho regulada por lei no Brasil, de até 44 horas semanais, e descontando-se os feriados e férias, um trabalhador típico brasileiro pode trabalhar ao redor de 2.000 horas anuais, quantidade parecida à de horas trabalhadas por um trabalhador mexicano ou coreano, mas bem superior à média de países como Dinamarca, Holanda e França.

Se repararmos no gráfico abaixo, veremos que o Brasil dentre outros Países da América do Norte e da Europa, possui uma carga horária de trabalho superior, ficando abaixo apenas da Índia e do Quênia.³

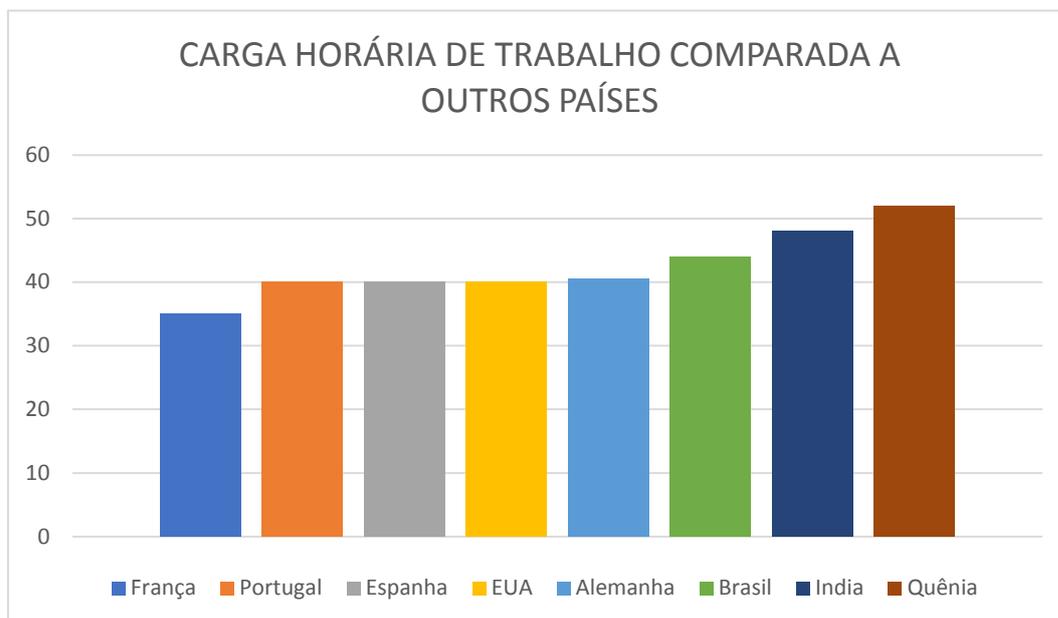


Figura 2: gráfico comparativo de carga horária trabalhada em diferentes países

Entretanto, por mais que a carga horária seja mais alta do que em outros países, o nosso modo de pensar sobre trabalho não é tido, por uma grande parte

³ Esses dados foram retirados da reportagem de KEPP, M. O mito da preguiça brasileira. Folha de S. Paulo, São Paulo, 26 mai. 1996. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/26/mais/4.html>>.

dos brasileiros, com um ato prazeroso. Possuímos uma imagem do trabalho como um ato negativo, mas necessário.

Da Matta (1984, p.21), em uma explicação de seu livro sobre a casa, a rua e o trabalho, afirma que a relação dos brasileiros com o conceito de trabalho é vista como um obstáculo a ser vencido, comparado a um castigo, uma tortura; no entanto, para o autor, isso não poderia ser diferente devido ao nosso histórico de uma sociedade marcada fortemente pelo trabalho escravo.

Entre a casa (onde não deve haver trabalho e, curiosa e erroneamente, não tomamos o trabalho doméstico como tal, mas como — serviço” ou até mesmo prazer ou favor...) e a rua, o trabalho duro é visto no Brasil como algo bíblico. Muito diferente da concepção anglo-saxã que equaciona trabalho (work) com agir e fazer, de acordo com sua concepção original. Entre nós, porém, perdura a tradição católica romana e não a tradição reformadora de Calvino, que transformou o trabalho como castigo numa ação destinada à salvação. Mas nós, brasileiros, que não nos formamos nessa tradição calvinista, achamos que o trabalho é um horror. Não é à toa que o nosso panteão de heróis oscila entre uma imagem deificada do malandro (aquele que vive na rua sem trabalhar e ganha o máximo com um mínimo de esforço), o renunciador ou o santo (aquele que abandona o trabalho neste e deste mundo e vai trabalhar para o outro, como fazem os santos e líderes religiosos) e o caxias, que talvez não seja o trabalhador, mas o cumpridor de leis que devem obrigar os outros a trabalhar... O fato é que não temos a glorificação do trabalhador, nem a idéia de que a rua e o trabalho são locais onde se pode honestamente enriquecer e ganhar dignidade. Para nós, esses espaços e essa mediação entre casa e rua pelo trabalho são algo muito complexo. Mas poderia ser de outro jeito numa sociedade em que até outro dia havia escravos e onde as pessoas decentes não saíam à rua nem podiam trabalhar com as mãos? É claro que não... No nosso sistema, tão fortemente marcado pelo trabalho escravo, as relações entre patrões e empregados ficaram definitivamente confundidas. (DA MATTA, 1984, p.21)

Ainda assim, mesmo tendo essa relação complexa com o trabalho, percebemos que esse estereótipo da preguiça brasileira não é reproduzido apenas por estrangeiros, mas já está há muito tempo enraizado no pensamento e na fala do próprio povo brasileiro. A história do Brasil explica um pouco quando e como esse pensamento foi incitado começando desde o final do século XIX e início do século XX.

Com o discurso de que o brasileiro era ocioso e indolente, a imigração serviu como “justificativa para a presença do trabalhador estrangeiro no país, assim como uma motivação para pôr em prática o processo de branqueamento da população de cor na sociedade brasileira” (ROCHA, 2006, p.26). Dessa forma, era inculcado na cabeça dos brasileiros da época que os imigrantes é que eram propensos a serem eficientes e a terem um bom desempenho em relação ao trabalho e o efeito desse modo de pensar da época foi deixado em forma de herança como opinião do próprio brasileiro e a maneira como ele enxerga a sua cultura.

Além disso, há um julgamento maior, dessa visão de preguiça, partindo de brasileiros contra algumas regiões específicas no Brasil, como Bahia e Rio de Janeiro. O povo baiano, por exemplo, é conhecido pela reputação de serem preguiçosos e lentos, e o carioca é visto como aquele que vive na praia, é malandro e não se preocupa com trabalho.

A antropóloga Zanlorenzi, para a revista *Pesquisa FAPESP* (2004), aponta que os baianos sofrem esse tipo de julgamento por dois motivos. Seriam eles “o descaso do governo com a capacitação dessa força de trabalho e a intolerância dos imigrantes europeus, que não queriam ser equiparados aos brasileiros pobres com quem disputavam o mercado de trabalho e o espaço urbano”. E, ao pesquisar sobre a relação entre o calendário de festas na Bahia e o comparecimento ao trabalho, Zanlorenzi observou que, em uma sede no Pólo Petroquímico, a 41 quilômetros de Salvador, havia menos faltas de funcionários durante o Carnaval de 1994 do que em sua filial de São Paulo e, ainda, dados como o fato de pessoas na Região Metropolitana de Salvador no ano de 1980 trabalharem mais de 48 horas por semana.

Essa concepção da procrastinação brasileira é reforçada através de representações do brasileiro como o personagem Zé Carioca ou em filmes como “Você já foi à Bahia?” (1945), de Walt Disney. Na literatura temos exemplos dessa característica no protagonista do livro *Macunaíma – o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade (1928) e no personagem Jeca Tatu, de Monteiro Lobato (1918). Havia, também, interesse do mercado de turismo, que propagava

essa ideia como forma de vender e conquistar através do imaginário da preguiça como algo atrativo.

A indústria do turismo aprendeu a explorar esse filão para atrair multidões de estressados de todos os cantos do país. Quer descansar, vá à Bahia, a terra onde a festa nunca termina e ninguém se preocupa com o relógio. Isso começou nos anos 1960. Foi nessa época que a capital baiana passou por uma grande cirurgia urbana, com o objetivo de incrementar o turismo – e se descobriu que o mito da preguiça tinha apelo delicioso para os forasteiros. Desde então os baianos trabalham duro para criar uma ilusão capaz de entreter milhares de incautos. A ilusão de que, naquelas paragens, ninguém gosta de trabalhar. (MARQUES, 2004, on-line)

Sobre o Rio de Janeiro, também, há, como comentado, a ideia de que todos vivem na praia, e levam a vida na malandragem. Realmente, para quem visita a cidade, ao ver a quantidade de pessoas andando pelo calçadão em pleno dia de semana, pode parecer que os cariocas se divertem mais do que trabalham.

Porém, é importante destacar que, além de a fatia da população que consegue dar um mergulho em uma segunda-feira ser pequena, a praia faz parte da paisagem do carioca. Pela proximidade física de muitos com ela, é possível realizar o exercício físico diário na praia e depois ir trabalhar; o olhar de quem é de fora da cidade pode não captar isso, mas tirar poucas horas do dia para aproveitar a praia ou caminhar em seu entorno não significa necessariamente folga do trabalho.

Sendo assim, reforçamos a ideia de que esses estereótipos, tanto do brasileiro em geral quanto de algumas regiões específicas do país, foram criados e mantidos segundo algum interesse, seja na época da vinda da família real portuguesa, visando afirmar uma suposta soberania genética do europeu, seja ainda no século XXI, para atrair turistas para as regiões que seriam vistas como mais “desestressadas” do que outras.

2. Procrastinação

Relacionada à imagem de preguiçosos está a de procrastinadores, isto é, a ideia, entre estrangeiros e nós mesmos, de que brasileiros deixam tudo para cima

da hora (ou, ainda, estão sempre atrasados). A equação preguiça e tempo resultaria na ação de adiar o quanto puder algo que não se quer fazer – uma faxina em casa, um trabalho acadêmico, uma ida ao médico etc. E por que o povo brasileiro seria entendido como um grande procrastinador?

Se o olhar estrangeiro nos enxerga como preguiçosos, malandros, aqueles que não gostam de trabalhar, natural e conseqüentemente vê em nós um grupo que estende prazos para não cumprir seus compromissos.

Entretanto, a procrastinação não é invenção ou exclusividade do Brasil. Exemplo disso é a popularidade do vídeo *Inside the mind of a master procrastinator* (“Dentro da mente de um mestre da procrastinação”, tradução nossa), conferência TEDTalk em que Tim Urban, escritor nova-iorquino, explica como seria o sistema da procrastinação, alegando ser ele próprio um especialista nela. Apesar de o vídeo não tratar diretamente do assunto da nacionalidade dos procrastinadores, nele Urban afirma ter recebido mensagens eletrônicas de pessoas do mundo inteiro após ter começado a falar sobre o tema – cidadãos de diversas nacionalidades e culturas, das mais diversas profissões, relataram procrastinar com frequência em suas vidas, em maiores e menores graus.

Segundo Urban (2016), quem possui esse hábito costuma deixar para depois as tarefas que precisa cumprir, realizando, no tempo em que poderia estar fazendo-as, atividades mais prazerosas. A procrastinação de um determinado dever chega ao fim quando o prazo dele se aproxima: a sensação de pânico pela proximidade com a data faz com que, finalmente, a pessoa pare tudo o que estava fazendo e realize a tarefa.

O americano aponta que, segundo esse sistema traçado por ele, o grande problema é, além da sensação de culpa durante o período da procrastinação, quando não existe um prazo. Para afazeres como marcar uma consulta médica e outros tantos, que são importantes, mas naturalmente não possuem uma data-limite, não surgirá o sentimento de pânico para que a pessoa saia da inércia e finalmente cumpra o que precisa ser feito.

Esse ponto talvez seja o elemento chave para pensarmos o caso do brasileiro. À tendência de postergar as obrigações (não exclusiva dos brasileiros), aqui soma-se o jeitinho, que, como descreve Da Matta (1986), seria uma solução

criativa diante de alguma dificuldade. Diante de um prazo e de uma possibilidade de prorrogá-lo, usando o jeitinho, nós brasileiros poderíamos, porventura, procrastinar um pouco mais determinada obrigação.

Da Matta (1986, p. 68) aponta que o malandro, “profissional do ‘jeitinho’ e da arte de sobreviver nas situações mais difíceis”, é um papel social disponível para ser incorporado em algum cenário desfavorável, em que a lei “pode ser esquecida ou até mesmo burlada com certa classe ou jeito”. Essa articulação envolve artifícios, como histórias e “contos-do-vigário” para solucionar o problema favoravelmente para o malandro.

Logo, quando o pânico se aproxima para realizar determinada obrigação, a depender do contexto, o brasileiro pode lançar mão da figura do malandro e contar alguma história triste, justificativa utilizada para a prorrogação da data.

Em relação a essa flexibilidade, Santos (2007, p. 126), em sua tese a respeito da temporalidade brasileira, elenca três tipos: a temporalidade descontraída, a semi-rígida e a rígida. Esses tipos são resultado da combinação de alguns fatores, como a situação/contexto social, subdivididos por ela em familiar, fraterno, social ou profissional; o grau de proximidade (próximo, não-próximo ou distante) e o grau de formalidade (informal, semiformal ou formal).

Espaço	Situação ou Contexto Social	Grau de proximidade	Grau de formalidade	Temporalidade	Modificador/ Controlador
CASA	familiar	próximo	informal	descontraída	idade perdas (afetivas ou sociais)
	fraterno				
RUA	social	de não-próximo a distante	entre o semiformal e o formal	de semi-rígida a rígida	interesses punições prejuízos (des)vantagens
	profissional				

Figura 3: Fatores relativizadores do conceito de pontualidade do brasileiro (SANTOS, 2007, p. 118)

Quando o brasileiro está em uma situação familiar, com um alto grau de proximidade e de informalidade, ele tende a flexibilizar mais a sua pontualidade. Ao contrário, se a situação é profissional, com baixo grau de proximidade e alto grau de formalidade, a inclinação é a ser pontual.

Além disso, Santos (2007), como apresentado em sua tabela, também destaca alguns fatores controladores da pontualidade, como a idade das pessoas envolvidas, as possíveis perdas afetivas ou sociais, os interesses implicados, os prováveis prejuízos, punições ou desvantagens.

Sendo assim, quando há a possibilidade de perdermos amizades ou relações profissionais, por exemplo, buscamos ser pontuais. Em casos de tarefas com prazos, se há como utilizar a malandragem – geralmente nas situações mais informais –, o brasileiro é capaz de inventar uma explicação para pedir que a data seja adiada, o que provavelmente será concedido.

Já nos casos de situações profissionais, naturalmente mais formais e de temporalidade rígida, o jeitinho fica mais difícil de ser aplicado e, mesmo que o sujeito tente, é provável que receba uma resposta negativa.

Portanto, entendemos que há contextos em que, devido à possibilidade de flexibilização do tempo para o brasileiro, existe uma tendência a procrastinar mais, justamente por saber que conseguirá, se pedir, prorrogar o prazo previamente definido. Assim como, em contextos mais formais e que envolva pessoas com mais distanciamento, a tarefa terá de ser cumprida até a data marcada, caso contrário haverá prejuízos.

Quando não há prazos, como realçou Urban (2016), a procrastinação ocorre em pior grau, já que não há o momento em que o indivíduo entra em pânico e decide finalmente realizar a atividade adiada. Analisando os elementos citados por Santos (2007), podemos entender que, mesmo nesses casos, se houver probabilidade de qualquer tipo de punição ou perda, deverá haver menos procrastinação. Por exemplo, quando a tarefa a ser realizada envolve relações sociais e o indivíduo sabe que ele poderá ser prejudicado afetivamente (perdendo amizades etc.), ele procrastinará menos, para evitar isso.

3. Conclusão

Pudemos concluir, com este trabalho, que alguns dos estereótipos que envolvem os brasileiros não são necessariamente verdadeiros. Sabemos, como aponta Meyer (2013, p.31), que “se estereótipos existem, eles têm algum

fundamento na nossa cultura, mas não refletem a totalidade da nossa sociedade”. Então, como discutido anteriormente, apesar de haver algum embasamento para eles – por exemplo, na procrastinação, na possibilidade de flexibilizar o tempo, incorporando a figura do malandro –, muitas vezes algumas dessas características, quando vistas pelo olhar do outro, são intensificadas ou entendidas de modo diferente do que realmente ocorre.

As regras relativas à pontualidade descritas por Santos (2007), apesar de não serem institucionalizadas, são uma prática social. Não é simplesmente um mau hábito, como pode ser enxergado por estrangeiros, mas o *modus operandi* do brasileiro em relação à temporalidade.

Além disso, conforme apontam Gouveia et al. (2014), a ação de adiar tarefas, geralmente vista de modo negativo, pode ter sua faceta positiva: em algumas ocasiões, o procrastinador pode ser aquele que consegue organizar bem seu tempo. A boa procrastinação é aquela em que seu autor, sabendo os prazos de seus afazeres, consegue ter controle sobre eles, por exemplo adiando uma tarefa cuja data limite é para daqui a um mês, para poder realizar outra que tenha um prazo mais curto, ou simplesmente para aproveitar o tempo com lazer ou o que quer que seja, tendo a consciência de que, na data prevista, tudo estará feito.

Visto desse modo, um procrastinador que está no domínio de suas tarefas seria também um malandro, pois sabe lidar com as dificuldades e driblá-las, dando um jeitinho de cumprir tudo o que tem de fazer e, ainda, se divertir. Assim, ao contrário de uma desvantagem, essa forma de lidar com o tempo seria, como demonstra Santos (2007), possibilitar o balanço entre o “tempo profissional-productivo” e o “social-afetivo”: saber o momento da produção, mas também o da diversão.

Entretanto, o olhar de outra cultura pode não reconhecer a face positiva da procrastinação, e manter a concepção dos brasileiros como aqueles que não gostam de trabalhar. Por isso, o tema é de extrema importância na área de Português como Segunda Língua Para Estrangeiros (PL2E) – termo cunhado pela Prof. Dr. Rosa Marina de Brito Meyer.

O aprendiz de português pode reforçar alguns tipos de conceitos como o de brasileiros preguiçosos e procrastinadores ao relacionar alguns aspectos diferentes

na sua cultura e por não ter maiores aprofundamentos sobre o assunto como, por exemplo, os feriados que possuímos em contraponto com a nossa carga horária de trabalho. Cabe, portanto, ao professor de português para estrangeiros, com uma abordagem intercultural, apontar os fatos que se mantêm e os falaciosos, a fim de evitar possíveis equívocos.

Dessa maneira, este trabalho serve como uma forma de auxílio, principalmente, ao professor de português para estrangeiros que procura relativizar, desconstruir e/ou trazer novos questionamentos em relação aos aspectos interculturais no ensino com o objetivo de fomentar novas visões sobre estereótipos muitas vezes enraizados no olhar estrangeiro sobre aspectos da nossa cultura e que podem ser observados de outro modo evitando possíveis choques, estranhezas e desapontamentos.

Referências bibliográficas

BENEDITO, M. Cultura Inútil: Ode à preguiça. 26 jan. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/01/26/cultura-inutil-ode-a-preguica/>>

CUNHA, Celso & CINTRA, L. F. L. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DA MATTA, R.. *O que faz do brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 1984, pp. 63-71.

GERMANO, F. Como é a jornada de trabalho no resto do mundo? *Superinteressante*, São Paulo, 9 jan 2018. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/sociedade/como-e-a-jornada-de-trabalho-no-resto-do-mundo/>>

MEYER, R. M. B. Para o bem ou para o mal: a construção de identidade pelo falante de PL2E a partir de estereótipos de brasilidade – uma questão intercultural. In: MEYER, R. M. B.; ALBUQUERQUE, A. (Orgs.). *Português para Estrangeiros: questões interculturais*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2013. p.13-34.

ROCHA, G. “No princípio era a preguiça...”: o sentido do tempo na literatura de fundação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, nº. 28. Brasília, julho-dezembro de 2006, pp. 11-31.

GOUVEIA, V. V., da SILVA PESSOA, V., de LIMA COUTINHO, M., da S. BARROS, I. C., ARRUDA DA FONSECA, A., Escala de Procrastinação Ativa:

evidências de validade fatorial e consistência interna. *Psico-USF* [online] 2014, 19* (Maio-Agosto). Disponível em: <
<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=401050039016>>.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília. 4. ed, 1963. (10 Biblioteca Básica Brasileira).

IDOETA, P. A. O Brasil tem feriados demais? *BBC*, São Paulo, 23 abr. 2015.

Disponível em: <

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150422_brasil_feriados_pai>.

KEPP, M. O mito da preguiça brasileira. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai.

1996. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/5/26/mais!/4.html>>

MARQUES, F. A invenção da indolência. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo,

Edição 103 set. 2004. Disponível em:

<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2004/09/01/a-invencao-da-indolencia>>.

SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S.. “O Brasil pelo olhar do outro: representações de estrangeiros sobre os brasileiros de hoje” in *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, 47(2), 2008, pp. 375-398.

TORRES DOS SANTOS, D. *Tempo intercultural: o conceito de pontualidade na cultura brasileira e o ensino/aprendizagem de PL2E*. Rio de Janeiro: PUC – Pontifícia Universidade Católica, 2007 (Tese de Doutorado).

URBAN, T. Inside the mind of a master procrastinator. *TEDTalk*. Fev 2016.

Disponível em:

<https://www.ted.com/talks/tim_urban_inside_the_mind_of_a_master_procrastinator/#t-621937>.